 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 011. Antropologia da Moral e da Ética

Carlos Eduardo Valente Dullo (UFRGS) - Coordenador/a, Roberta Bivar Carneiro Campos (Universidade Federal de Pernambuco) - Coordenador/a

A Antropologia se desenvolveu debatendo as regras e normas sociais, os processos de julgamento e atribui??o de responsabilidade, as formas de san??o e puni??o, as prescri?es e proibi?es, bem como os efeitos sociais das transgress?es. A problem?tica da moralidade n?o ?, portanto, estranha para a nossa disciplina. Entretanto, n?o se constituiu, at? recentemente, um campo de pesquisa como o da Moral e da ?tica. Tendo in?cio com o debate sobre a tens?o entre o universalismo moral e o relativismo das moralidades locais, passando pela redefini??o dos conceitos de moral e ?tica sob a ?tica espec?fica da Antropologia, esta agenda te?rico-metodol?gica volta-se principalmente para uma preocupa??o com novos recortes emp?ricos como as figuras exemplares, as conceitua?es de ?liberdade? e ?responsabilidade?, as pr?ticas de cuidado (care), os processos de recupera??o ap?s momentos cr?ticos, as respostas sociais a trag?dias, entre tantos outros recortes que observem seja o evento ordin?rio seja o extraordin?rio momento de quebra ou (re)institui??o da moral - bem como as maneiras pelas quais os processos de mudan?a e de conserva??o se atualizam. Seguindo, portanto, a proposta de Laidlaw, Fassin, Robbins, Keane e Das (entre outros) uma antropologia que se volte para estes fen?menos compor?, necessariamente, uma chave anal?tica transversal ?s mais diversas tem?ticas: religi?o, pol?tica, economia, fam?lia e parentesco, sa?de e bem-estar, natureza e animais, direito, g?nero e sexualidade etc.

Povos Indígenas e Ética em Pesquisa: (re) discutindo o poder tutelar

Autoria: Eliene Rodrigues Putira Sacuena

A discussão sobre o conceito de ética e a compreensão da ética em pesquisa não podem ser tomadas somente por meio da leitura e do debate de textos. É necessária sua compreensão a partir da experiência do (a) pesquisador (a) e da dinâmica das relações sociais que se apresentam e se constroem na medida em que surgem os problemas em contextos epistemológicos que urgem análise. Os Princípios de Nüremberg, a Declaração de Helsinque, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, todos esses documentos são relevantes para o desenvolvimento e construção do conhecimento. A discussão de ética em pesquisa em um contexto decolonial de formação de conhecimento científico fruto das pesquisas elaboradas por e com coletivos etnicamente diferenciados, mais precisamente, falo de conhecimentos científicos indígenas. Em relação aos documentos legais, podemos mencionar a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, a qual data do ano de 2005, na Conferência Geral da UNESCO. Dividida em 26 artigos, a Declaração diz que atinge casos de questões de ética suscitadas pela Medicina, pelas ciências da vida e pelas tecnologias quando envolverem seres humanos, em suas dimensões social, jurídica e ambiental; coloca-se também que o documento é dirigido aos Estados, que devem proporcionar um enquadramento universal dos princípios bioéticos. O work é para verificar como os ditames das normas internacionais e aplicação por intermédio dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) no Brasil acabam reproduzindo um discurso tutelar, reforçando um ideal de nação que oprime os povos indígenas a partir de políticas indigenistas oficiais. Pautaremos nossa exposição nos conceitos de autodeterminação e autogoverno estabelecidos na Convenção nº 169 da Organização Internacional do work e no artigo 231, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É necessária a compreensão do contexto normativo para projetar seu entendimento no exercício prático da disciplina em questão. O art. 231, caput, da CRFB/1988 reconheceu aos indígenas o direitos à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, direito originário as terras que

 ISBN: 978-85-87942-61-6

tradicionalmente ocupam. Gersem Baniwa (2012), a Constituição Federal de 1988 correspondeu à positivação de direitos dos povos indígenas fruto de várias articulações de agência e do próprio movimento indígena, em virtude da quebra do monopólio estatal e das antigas missões religiosas que o Estado e a Igreja aplicavam com a justificativa da doutrina civilizatória e poder tutelar. Tratar sobre ética em pesquisa entre povos indígenas, significa discutir relações de poder em um contexto genocida de opressão legitimado pela ordem Estatal. Dessa forma, propomos o presente estudo para alavancar o debate sob outro olhar, o olhar indígena.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**